

**CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico**

**Investigação acerca dos Determinantes do Desempenho  
Sócio-Econômico Diferenciado dos Municípios Gaúchos entre 1970 e 2000**

**Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva**

# 1. Caracterização do Problema

---

O desempenho da economia gaúcha ao longo do século XX foi notável. À diferença de outros estados federados de colonização antiga, o RS manteve sua participação no PIB nacional nos últimos 50 anos (MARQUETTI e RIBEIRO, 2002a). E a despeito dos impactos particularmente perversos para a produção regional da exposição competitiva dos anos 90, o RS ampliou sua participação no PIB nacional (de 7,48% para 7,9%) e no Valor Adicionado da Indústria de Transformação (de 8,08% para 10,02%) entre 1985 e 2001<sup>1</sup> (IBGE, 1999; IBGE, 2003).

Não obstante, esse desempenho vem se realizando de forma marcadamente heterogênea em termos regionais. Expressão maior desta heterogeneidade é a evolução demográfica secular das macro-regiões do estado: enquanto no final do século XIX a Região Sul (52% do território) absorvia mais da metade da população e a Região Nordeste (21% do território), pouco mais de ¼ da mesma, na entrada do terceiro milênio, o Sul absorve menos de ¼ e o Nordeste mais da metade da população gaúcha. (PAIVA e CAMPREGHER, 2002, Tabs. 3.1 e 3.5)<sup>2</sup>. Na realidade, as pesquisas mais recentes vêm demonstrando que, se o RS vem mantendo (ou, como no período mais recente, ampliando) sua participação na economia nacional, é porque a produção no Nordeste do Estado cresce a taxas superiores à média nacional, enquanto a região Sul (e, parte da Norte) apresenta performance inferior à nacional (PAIVA e CAMPREGHER, 2002, Parte 1, Cap. 2).

As razões destas desigualdades de desempenho regional vêm sendo pesquisadas há décadas, gerando inúmeros trabalhos, hipóteses e interpretações (veja-se, por exemplo TEJO, 1941; SINGER, 1977; ALONSO, 1984; ANDREOLI, 1989). Mas a pesquisa sobre o tema ganhou novo impulso na última década (ALONSO et al., 1994; ENGEVIX, 1997; BANDEIRA e CESAR, 2001; MARQUETTI e RIBEIRO, 2002b; PAIVA, 2002; MONASTERIO, 2002; PAIVA, 2004; AREND e CÁRIO, 2004; BERNI, MARQUES e MARQUETTI, 2004; HERRLEIN e CARRAVETTA, 2004; LAUTERT, 2004). Afinal, com a aceleração da globalização produtivo-financeira, com a emergência de novas áreas de livre-comércio e com a unificação europeia, os distintos padrões regionais de resposta à integração dos mercados passam a receber atenção crescente em todo o mundo. Atenção esta que irá estimular o resgate, atualização e redeterminação empírica de teses clássicas sobre desenvolvimento regional<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> É interessante comparar esta performance com a do estado de São Paulo, que, no mesmo período, teve uma queda de 36,10% para 33,42% na participação no PIB nacional, e de 51,58% para 41,8% na participação no Valor Agregado da Indústria de Transformação. (IBGE, 1999; IBGE 2003).

<sup>2</sup> Os determinantes dos movimentos migratórios (que estão na base das diferentes dinâmicas demográficas apontadas acima) são objeto de antiga e extensa controvérsia. (Vide MOURA, 1980) Não obstante, as pesquisas mais recentes realizadas no Brasil vêm corroborando a hipótese de que, para além do **desempenho econômico** (identificado, neste trabalho, à variação do PIB total) de um determinado território, a atração populacional é função da geração de oportunidades de trabalho, da disponibilidade de serviços públicos essenciais (educação, saúde, etc.) e dos custos e condições de moradia. (A este respeito, veja-se, por exemplo, PATARRA, 1997; BAENINGER, 1999; BRITO, 2004). É exatamente por sintetizar múltiplas determinações sociais e econômicas que tomamos o desempenho demográfico como expressivo do “desempenho territorial” em um sentido mais amplo, cujas determinações buscamos identificar no trabalho de pesquisa aqui proposto. Na verdade, como ficará claro logo adiante, nossa intenção é pesquisar e trabalhar com diversas medidas de desempenho, na busca de abarcar (e, eventualmente, sintetizar) as múltiplas dimensões sociais e econômicas do mesmo.

<sup>3</sup> Pensamos aqui, de forma particular, no resgate: 1) do institucionalismo de inflexão weberiana, a partir das obras seminais de NORTH (1990) e PUTNAM (1996); 2) dos modelos de desenvolvimento com base em sistemas inovativos territorializados, de inflexão schumpeteriano-marshalliana, a partir das obras de PIORE e SABEL (1984), BAGNASCO (1988), PORTER (1989), entre outros; e 3) da tradição alemã da economia espacial, de VON THUNEN a LÖSCH, resgatada a partir das obras de KRUGMAN (1991); FUJITA, KRUGMAN e VENABLES. (2002), entre outros.

Infelizmente, porém, os esforços de infirmação/comprovação empírica das distintas teses acerca dos determinantes do desempenho desigual de municípios e regiões gaúchas vêm esbarrando em um **conjunto articulado de problemas**, dentre os quais destacam-se os 4 seguintes:

- 1) o processo de constituição de novos municípios, a partir da subtração de territórios, meios de produção, população e produto a municípios antigos, subverte a base de comparação e complexifica sobremaneira o cálculo da taxa municipal (ou regional) de desempenho;
- 2) não existe uma medida simples e consensuada de desempenho (econômico e/ou social) municipal, mas inúmeras alternativas de mensuração: PIB, PIB per capita, rendimento domiciliar total, rendimento domiciliar per capita, crescimento demográfico, produtividade do trabalho, IDH, etc.;
- 3) a determinação das variáveis **explicativas** do (por oposição à determinação de variáveis meramente correlacionadas ao) desempenho é objeto de polêmica teórica e metodológica<sup>4</sup>;
- 4) o teste empírico de hipóteses teóricas específicas e bem determinadas (como, por exemplo, a hipótese de Putnam (1996) de que o desempenho é função da acumulação de capital social) esbarra na disponibilidade e qualidade dos dados e informações em nível municipal e/ou regional.

## 2. Objetivos

---

GERAL:

Identificar, hierarquizar e analisar os determinantes do desempenho sócio-econômico diferenciado dos municípios do estado do Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000.

ESPECÍFICOS:

- A) Construir um sistema de conversão de informações econômicas e sociais municipais contemporâneas em informações econômicas e sociais municipalizadas em consonância com a estrutura político-territorial do Rio Grande do Sul no início da década de 70, com vistas a permitir a definição de uma base homogênea para a mensuração do desempenho municipal, assim como das variáveis (potencialmente) explicativas do mesmo;
- B) construir distintas medidas de desempenho econômico e/ou social municipal (ex: variação do PIB total e per capita, da renda domiciliar total e per capita, da população, do emprego industrial, do IDH, etc.) testando a consistência empírica das mesmas com distintos modelos teóricos de desenvolvimento regional (ex: constituição de base exportadora, de aglomerações e arranjos produtivos locais, acumulação de capital social, etc.) e distintas hipóteses acerca do desenvolvimento das desigualdades regionais no RS (ex: diferenciais de dotação de fatores naturais, de padrões de ocupação do território, de disponibilidade de infra-estrutura logística para o escoamento da produção de capacidade empreendedora dos colonizadores, etc.);
- C) avaliar a consistência empírica dos principais projetos de interpretação do desenvolvimento das disparidades regionais no Rio Grande do Sul que vieram à luz ao longo das duas últimas décadas, com ênfase na hipótese (crescentemente hegemônica entre intérpretes sulinos) de uma relação funcional inversa entre, de um lado, a concentração regional da renda e da propriedade, e, de outro, o desenvolvimento do capital social e o desempenho regional no longo prazo;
- D) eleger uma medida de desempenho como “padrão” e construir um modelo de regressão múltipla a partir da identificação teórica e determinação empírica das variáveis independentes potencialmente explicativas da dinâmica dos municípios do RS ao longo das três últimas décadas.

---

<sup>4</sup> Exemplificando: como o demonstram BERNI, MARQUES e MARQUETTI (2004), a taxa de crescimento do PIB municipal apresenta elevada correlação com a taxa de crescimento da população e do estoque de capital. Mas – cabe perguntar – é o crescimento do PIB que atrai imigrantes e estimula o investimento ou, ao contrário, é a crescente oferta de mão-de-obra e a elevação do estoque de capital que estimulam o crescimento do produto?

- E) Representar cartograficamente os diferenciais de desempenho sócio-econômico dos municípios gaúchos, bem como os diferenciais da estrutura sócio-econômica manifestos nas variáveis independentes significantes, com vistas a identificar regiões de desempenho e estrutura sócio-econômica similar. Este trabalho pode e deve servir de base para a definição de uma nova regionalização do Estado, especificamente voltada à constituição de estruturas e instituições de Planejamento do Desenvolvimento Territorial.

### 3. Metodologia e Estratégia de Ação

---

O ponto de partida necessário da pesquisa aqui proposta é a construção de uma base homogênea para a comparação do desempenho econômico de territórios em permanente processo de redefinição político-institucional. Pretendemos enfrentar esta tarefa replicando a metodologia desenvolvida em PAIVA e CAMPREGHER (2002, Parte 2, cap. 2). Neste trabalho, foi reconstituída a estrutura municipal gaúcha no período inicial (no caso, a estrutura de 1991, quando o RS contava com 333 municípios) a partir da imputação aos “municípios-mãe” (entendidos, aqui, como os municípios que cederam território, população e estoques produtivos aos municípios constituídos após o período inicial) do conjunto dos valores pertinentes aos “municípios-filho”. Nos casos de novos municípios com múltiplos “progenitores”, a distribuição dos valores do município-filho entre os municípios-mãe foi feita de acordo com a contribuição percentual de cada um destes à população do município-filho em sua origem<sup>5</sup>. Vale observar que o trabalho de construção do sistema de imputação de valores dos municípios atuais aos municípios existentes em 1970 já foi concluído<sup>6</sup>.

Em segundo lugar, será preciso definir e calcular distintas medidas de desempenho municipal e/ou regional. As principais fontes de referência para esta construção são as informações disponibilizadas pelos Censos e Pesquisas Demográficas e Econômicas do IBGE. Desde logo, estas fontes nos oferecem uma medida simples e objetiva de desempenho: a evolução do rendimento domiciliar total dos 232 municípios gaúchos existentes em 1970 (e “reconstruídos” em 2000). A priori – vale dizer: antes da efetiva construção, cálculo e avaliação da consistência desta medida de desempenho *vis-à-vis* medidas

---

<sup>5</sup> Na verdade, pode-se considerar o atual projeto de pesquisa como uma reedição ampliada da pesquisa que ancora o *Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007* (PAIVA e CAMPREGHER, 2002). Uma reedição que se faz necessária, pois os resultados desta pesquisa foram tão estimulantes quanto insuficientes. Estimulantes, na medida em que foram identificadas 13 variáveis independentes significativas que explicam 49% da variância do desempenho econômico de municípios e regiões gaúchas. Insuficiente, na medida em que o coeficiente de determinação e o número de variáveis independentes significativas (apenas 13, para mais de 2 centenas testadas) ficaram aquém das expectativas dos pesquisadores. No processo de discussão dos resultados, veio à tona a hipótese de que o período escolhido – os anos 90, marcados por forte exposição competitiva da economia nacional, que deprimiu o dinamismo de importantes clusters e cadeias agro-industriais gaúchas – poderia estar impedindo a plena manifestação das relações funcionais entre desempenho e estrutura econômica e societária.

<sup>6</sup> Este ponto é detalhado na Seção 4 deste Projeto, intitulada **Outros Projetos Financiados Atualmente e Considerações Finais**. Vale lembrar, ainda, que a conversão dos 496 municípios atuais aos 232 municípios existentes em 1970 implica a definição de um recorte territorial ambíguo, que se encontra numa espécie de “limbo” entre o município e a região. (Exemplificando: a medida do desempenho de “Bagé” entre 1970 e 2000 deve ser entendida como a medida do desempenho do território que correspondia a Bagé em 1970 e que, hoje, corresponde à “região” composta por Bagé, Hulha Negra, Aceguá e parte de Candiota). Evidentemente, a opção por privilegiar o recorte “município de 1970” não envolve qualquer subestimação da importância e do potencial teórico-analítico de recortes especificamente regionais (como, por exemplo, o recorte definido pelos 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes – gaúchos). Na verdade, não descartamos a possibilidade de estender a análise dos determinantes de desempenho para o nível propriamente regional, caso a pesquisa venha a demonstrar a relevância deste recorte. Se não privilegamos este recorte desde o início é porque entendemos que a necessária redefinição do território das regiões gaúchas a partir da agregação de municípios que já não existem mais gera problemas interpretativos não desprezíveis.

alternativas -, esta nos parece ser uma medida particularmente boa de desempenho. E isto, desde logo, porque, à diferença do PIB municipal (que nos informa o valor **produzido** na região, mas não o valor **apropriado** pelos agentes domiciliados na mesma), e à diferença do rendimento domiciliar *per capita* (que é fortemente afetado pelos fluxos migratórios, sobredimensionando o desempenho de regiões de baixo crescimento demográfico e subdimensionando o desempenho de regiões atratoras de população) a renda domiciliar total é, simultaneamente, uma medida de produto (mais exatamente, uma medida da contribuição dos agentes internos à produção regional) e de bem-estar (por corresponder à parcela da renda retida na região).

Esta pré-definição de uma medida de desempenho não implica subestimar a importância da determinação, cálculo e análise teórica de medidas alternativas. Quanto mais não seja, pela necessidade de evitar que medidas (ou, para ser mais exato, *proxies*) alternativas do desempenho sejam tomadas, equivocadamente, como variáveis independentes explicativas daquele. Vale dizer: o trabalho de discussão e determinação teórica de distintas medidas de desempenho é parte central do trabalho mais geral de diferenciação entre variáveis dependentes e independentes do sistema. Um trabalho que deve ser realizado simultaneamente ao resgate, sistematização e análise crítica dos distintos modelos teóricos e projetos interpretativos dos diferenciais de desenvolvimento regional.

Simultaneamente, estaremos definindo – a partir dos dados disponíveis nos Censos e Pesquisas do IBGE, no sistema RAIS-CAGED do Ministério do Trabalho, no banco de dados municipalizados da FEE, nas informações sobre participação da população em processos eleitorais fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, entre outros – *proxies* das variáveis independentes potencialmente explicativas do desempenho regional diferenciado (distribuição da propriedade e da renda; consolidação da comunidade cívica e acumulação de capital social; especialização setorial e constituição de uma base competitiva de exportação; constituição de aglomerações e arranjos produtivos locais; ética protestante de valorização do trabalho e da acumulação; empreendedorismo e capacidade inovativa dos agentes locais; nível educacional da população; políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento local e regional; etc.).

Dado o caráter necessariamente “aproximativo” das medidas de desempenho e das variáveis tomadas como explicativas, estas *proxies* devem ser objeto de atenta crítica teórica e empírica.

A crítica empírica se impõe a partir de testes estatísticos de correlação entre variáveis dependentes e independentes, correlação entre distintas variáveis independentes e significância das variáveis independentes na explicação do desempenho municipal. A despeito de relativamente triviais, tais testes são bastante trabalhosos e devem ser controlados por um técnico especializado que garanta a qualidade e uniformidade dos procedimentos<sup>7</sup>.

A crítica teórica, por sua vez, pressupõe a exposição dos resultados parciais e debate sistemático dos mesmos entre pesquisadores e colaboradores da pesquisa. Tais debates estarão sendo realizados cotidianamente pelos 2 pesquisadores (Prof. Dr. Carlos Águedo Paiva e Profa. Dra. Marília Patta Ramos) em seu trabalho diuturno de alimentação, demanda e análise dos resultados dos testes empíricos. De outro lado, a integração dos colaboradores no debate pressupõe a realização de reuniões periódicas, seja na sede da UNISC (em Santa Cruz do Sul), seja na sede da FEE (em Porto Alegre)<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Esta tarefa deve ser realizada pelo técnico contratado para a estruturação e manutenção de nosso banco de dados, sob coordenação e orientação da Prof. Dra. Marília Patta Ramos, Coordenadora da Oficina de Estatística do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc.

<sup>8</sup> Para garantir a presença do conjunto dos colaboradores (domiciliados em distintos municípios do Estado) nestas reuniões, estamos solicitando verba para o pagamento das despesas de transporte dos mesmos ao longo de 18 meses. Cabe esclarecer ainda que, à diferença dos pesquisadores (que, oriundos das duas instituições proponentes deste projeto de pesquisa, agregaram-se à mesma espontaneamente), os colaboradores foram convidados a participar da mesma em função de sua produção pregressa acerca do tema das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. Por isto mesmo, mais do que consenso, o que se espera da incorporação dos colaboradores ao trabalho de pesquisa é crítica, divergência e abertura de propostas alternativas de

O cruzamento da crítica empírica e teórica das *proxies* de desempenho e das variáveis explicativas deve permitir que, já em meados de 2005, os pesquisadores tenham chegado a um consenso acerca da medida de desempenho que será tomada como referência com vistas ao cálculo da equação de regressão múltipla explicativa dos diferenciais de dinâmica dos municípios gaúchos ao longo das três últimas décadas. A interpretação e crítica destes resultados – bem como dos resultados de propostas alternativas de medidas de desempenho e de modelos de regressão desenvolvidos por colaboradores e/ou pesquisadores do grupo – é o objeto teórico definitivo desta pesquisa.

Por fim, caberá dar divulgação aos resultados da mesma. Esta divulgação deverá ser feita em Seminário organizado pelas instituições promotoras da pesquisa – FEE e UNISC – e na edição de um livro (e/ou CD-ROM) em que serão disponibilizados: 1) o sistema de conversão de informações; 2) os dados e informações levantadas para os 496 municípios atuais, bem como os dados convertidos aos municípios de 1970; 3) o modelo de regressão múltipla e a interpretação dada ao mesmo pelos pesquisadores; 4) pelo menos um artigo de cada pesquisador e de cada colaborador com suas interpretações particulares dos resultados globais ou parciais da pesquisa e/ou com a exposição de modelos (que podem ou não comportar outros modelos de regressão) alternativos de explicação dos diferenciais de desempenho regional no Rio Grande do Sul no período considerado.

Acreditamos que os resultados de um tal projeto de pesquisa e trabalho podem servir de base concreta para o aprimoramento de programas municipais e regionais de desenvolvimento. Afinal, a identificação das principais variáveis explicativas dos diferenciais de desempenho de municípios (e regiões) gaúchos(as) ao longo dos últimos 30 anos fornece uma referência objetiva para a avaliação dos custos e benefícios da replicação daquelas estruturas econômicas e daqueles padrões de organização sócio-institucional mais eficientes e eficazes para a dinamização dos territórios e alavancagem dos processos de geração e apropriação de renda. Além disso, como já o dissemos acima, a representação cartográfica do diferencial de desempenho dos distintos municípios e da estrutura sócio-econômica explicativa daquele diferencial, pode e deve servir de base para novos e mais consistentes padrões de regionalização do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à constituição de estruturas institucionais de Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios que sejam capazes de articular a ação pública sobre municípios e localidades com problemas e potencialidades comuns.

---

interpretação. Como veremos adiante, a proposta de divulgação dos resultados da pesquisa garante espaço para a manifestação de leituras e interpretações divergentes ou, mesmo, antagônicas.

#### 4. Outros Projetos Financiados Atualmente e Considerações Finais

---

O proponente não tem qualquer outro projeto financiado atualmente. Contudo, este mesmo projeto, em uma versão anterior recebeu apoio:

- 1) da Fundação de Economia e Estatística (FEE), através da disponibilização de 16 horas do Pesquisador Carlos Águedo Nagel Paiva (40h), a partir de março de 2004;
- 2) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), através da disponibilização de um bolsista de iniciação científica (acadêmico Leandro Konzen Stein), com 20 horas semanais de dedicação à pesquisa, bem como através da disponibilização de 4 horas semanais do Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva (20 h), a partir de junho de 2004.

Infelizmente, o fato do projeto não haver angariado recursos para a aquisição de equipamentos e – de forma particular – não haver angariado recursos para a contratação de pessoal técnico capacitado para a construção do Banco de Dados e do Sistema de Conversão de Informações Municipalizadas inviabilizou seu pleno desenvolvimento ao longo do período. Não obstante, foram dados passos importantes<sup>9</sup>, que nos permitem, hoje, restringir o tempo necessário à realização da pesquisa a 18 meses (ao invés dos 24 meses projetados originalmente).

Além disso, cabe observar que as duas instituições que, até o momento, vêm apoiando (dentro dos estreitos limites de suas disponibilidades de recursos humanos e materiais) a realização do projeto – FEE e UNISC -, estão dispostas a financiar a publicação (em forma impressa e em CD-ROM) e a dar a mais ampla divulgação (via Internet, Seminários, etc) aos resultados da pesquisa.

Finalmente, queremos salientar o fato de que os colaboradores convidados a participarem desta pesquisa foram selecionados em função da qualidade de sua produção teórica recente para o tema das desigualdades regionais no RS e em função da expressão das instituições de Pesquisa e Ensino às quais estão vinculados (UFRGS, PUC-RS, UNISINOS, UFPEL e UNIJUÍ) no tratamento destas mesmas questões. Desta integração, esperamos obter uma maior socialização e difusão de aportes teóricos alternativos, e técnicas de pesquisa que devem estimular, senão a produção de consensos, pelo menos a superação de falsas polêmicas e a construção de sínteses superiores na interpretação de potencialidades e gargalos para o desenvolvimento sustentado das distintas regiões do RS.

---

<sup>9</sup> Dentre os quais cabe salientar a construção do sistema de atribuição das informações municipalizadas ao longo das 3 últimas décadas para a estrutura municipal de 1970 e a construção da representação cartográfica da estrutura municipal gaúcha de 1970. Estes dois passos são fundamentais para a modelagem, teste e representação cartográfica dos resultados da pesquisa.

## 5. Principais Referências Bibliográficas

---

- ALONSO, J.A. (1984). *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (Teses).
- ALONSO, J.A.; BANDEIRA, P.; BENETTI, M. (1994) *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- ANDREOLI, D. (1989). “As desigualdades regionais do Rio Grande do Sul”. In: *Indicadores FEE*. v.17 n.2. Porto Alegre: FEE.
- AREND, M. e CÁRIO, S. (2004). “Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da teoria institucional de Douglass North”. In: *Anais do II Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE/PUCRS. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>.
- BAGNASCO, A. (1988). *La costruzione sociale del mercato: studi sulli sviluppo di piccola impresa in Italia*. Bolonha: Mulino.
- BAENINGER, R. (1999). *Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980-1996*. Tese de Doutorado. (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). UNICAMP, Campinas.
- BANDEIRA, P.; CESAR, B.T. (Coords.) (2001). *Desenvolvimento regional, cultura política e capital social*. Porto Alegre: FAURGS/LABORS – Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul
- BERNI, D.; MARQUES, A; MARQUETTI, A. (2004). “Determinantes dos diferenciais das taxas de crescimento sub-regionais do Rio Grande do Sul nos Anos 90”. In: *Anais do II Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE/PUCRS. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>.
- BRITO, F. et al. (2004). “As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório”. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP. Disponível em: <[www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)>.
- ENGEVIX (1997). *Plano de reestruturação econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul – Relatório Final*. Porto Alegre: Engevix (mimeo.)
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, Anthony J. (2002). *Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo*. São Paulo: Editora Futura.
- HERRLEIN Jr. R.; CARRAVETTA, F. (2004). “Produto industrial municipal e regional no Rio Grande do Sul (1999-2001): procedimentos metodológicos para homogeneização de estatísticas e análise preliminar”. In: *Anais do II Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE/PUC-RS. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999). *Contas regionais do Brasil 1985-1997*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003). *Contas regionais do Brasil 2001*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.
- KRUGMAN, P. (1991). *Geography and trade*. London: MIT.



- LAUTERT, V. (2004). “A dinâmica da concentração geográfica da indústria no Rio Grande do Sul: 1872 a 2000”. In: *Anais do II Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE-PUCRS. Disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>.
- MARQUETTI, A; RIBEIRO, E.P. (2002a). “Análise Estatística de Dados Temporais Seleccionados” In: PAIVA, C. e CAMPREGHER, G. (Orgs.) *Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007*. Porto Alegre: SCP.
- MARQUETTI, A; RIBEIRO, E.P. (2002b). “Determinantes do desempenho econômico dos municípios do Rio Grande do Sul – 1991/2000”. In: PAIVA, C. e CAMPREGHER, G. (Orgs.) *Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007*. Porto Alegre: SCP
- MONASTERIO, L. (2002). *Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR.
- MOURA, H. (Org.) (1980). *Migrações internas: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- NORTH, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press.
- PAIVA, C. e CAMPREGHER, G. (Orgs.) (2002). *Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007*. Porto Alegre: SCP. Disponível em: <[www.campregher-paiva.com.br](http://www.campregher-paiva.com.br)>.
- PAIVA, C. A. (2002). “O que são Sistemas Locais de Produção (e porque eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do Governo Democrático e Popular no Rio Grande do Sul)”. In: *Anais do I Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre: FEE. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/eeg/>>.
- PAIVA, C. A. (2004) *Como identificar e mobilizar o potencial de uma região para o desenvolvimento endógeno*. Porto Alegre: FEE (Documentos FEE, N 59).
- PATARRA, N et al. (1997). *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp / FAPESP.
- PIORE, M. e SABEL, C (1984). *The second industrial divide*. New York: Basic Books.
- PORTER, M. (1989). *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- PUTNAM, R. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. São Paulo: FGV.
- SINGER, P. (1977). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- TEJO, L. (1941). “Contribuição à Crítica da Economia Rio Grandense”. *Província de São Pedro* (1): 81-90, jun.; (3): 74-91, dez. Porto Alegre. Republicado em *Ensaios: FEE* vol. 3 n.1. Porto Alegre: FEE, 1982.